

BOLETIM 533

Brasília, 16 de março de 2018



Multidão ocupa as ruas e exige justiça

Assassinato da vereadora Marielle revolta o país que exige apuração rápida e rigorosa do crime bárbaro

**OAB-RJ exigiu apuração rigorosa.
Membros de diferentes vertentes
políticas do Rio divulgaram notas de
pesar pela morte da vereadora do PSOL**

A situação dramática por que passa o povo e o país, fruto da política de sangrar a sociedade, desmantelar os serviços à comunidade, inviabilizar a segurança pública, fechar escolas e hospitais, para engordar o sistema financeiro, está passando

de todos os limites. A barbárie parece que está querendo sentar praça por aqui. O desgoverno chega a tal ponto que integrantes da bandidagem acham que têm espaço para fuzilar, bem no centro do Rio de Janeiro, a vereadora Marielle Franco, do PSOL, por conta de sua origem, de sua luta e das denúncias que ela vinha fazendo da violência policial e de milicianos contra os pobres, contra os jovens e contra as mulheres.

Milhares de pessoas tomaram as ruas nas principais capitais do país para dizer que isso não vai ficar assim. O que ecoou em todos os cantos foi o grito de 'basta'! O povo exige o governo tome providências e esclareça tudo imediatamente. O que o Brasil está exigindo é que as "autoridades" passem das palavras e das promessas sem fim e sem consequências, para a ação concreta, para o esclarecimento e a punição imediata dos assassinos. Que sejam punidos, sejam eles de facções, de milícias ou de qualquer outra quadrilha, que inferniza a vida da população do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, até o fechamento desta edição uma multidão incalculável tomou conta da Avenida Paulista exigindo punição para os assassinos da vereadora. Uma outra manifestação contra a reforma da Previdência municipal em São Paulo também se juntou na Paulista para protestar contra o assassinato do Rio. O povo está dizendo nas ruas que é necessário que se esclareça imediatamente quem foram os autores e os mandantes deste bárbaro assassinato, à queima roupa, de Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, ocorrido na noite de quarta-feira (14), na região central do Rio.

No Congresso Nacional também houve manifestação de protesto contra o assassinato da vereadora do PSOL. Vários parlamentares usaram



a tribuna para exigir investigação imediata e a punição exemplar para os assassinos de Marielle e de Anderson Gomes.

A sessão do TSE também aprovou uma moção de condolências aos familiares da vereadora e registrou em ata, por iniciativa do presidente do órgão, ministro Luiz Fux, o repúdio ao bárbaro crime que chocou o país. Todos os juízes do Supremo Tribunal Federal se pronunciaram durante a sessão do dia de hoje, (quinta-feira) sobre o crime. A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, disse que “com ela [Marielle] morre um pouco de nós”. Ela disse também que “vai ficar viva entre nós a sua luta por justiça e a igualdade”.

A Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, foi até o Rio de Janeiro e defendeu que a investigação do caso seja federalizada. O Secretário de Segurança do Rio, afirmou que o órgão vai conduzir as investigações mas que toda a ajuda que vier será bem vinda.

Este episódio, e a reação que ele provocou, deixa claro para todos que não haverá mais espaço para a enrolação que os atuais governantes vêm fazendo. Marketagens, conversas fiadas e oportunistas no combate à violência não serão mais tolerados pela população. O povo exige investimentos pesados nos serviços públicos, particularmente na segurança pública, que, como tudo o mais, está sucateada, corrompida e desmantelada.

As ações, tão superficiais quanto inócuas do governo, como, por exemplo, improvisar o Exército como polícia, jogando-o nas comunidades para exercer, sem condições adequadas, o combate ao crime organizado, não convencem mais ninguém. Jogar os soldados para o enfrentamento às quadrilhas sem que eles

tenham treinamento para isso, sem que haja uma ação conjunta do Estado nessas mesmas comunidades, não vai resolver nada. O tempo que foi dado ao governo para tomar as providências reais, as providências que realmente resolvem, e não as encenações e a demagogia, acabou.

A ineficácia das decisões anunciadas pelo Planalto na área da segurança, que visavam apenas desviar a atenção do país sobre os graves problemas, inclusive criminais, enfrentados pela cúpula do governo e do Congresso Nacional, ficou evidente com esse episódio do assassinato.

O que houve no Rio de Janeiro foi uma afronta ao país. Sejam os assassinos milicianos, quadrilheiros ou integrantes de facções, o que eles disseram, com esse assassinato afrontoso e absurdo, é que quem manda na área são eles.

A ausência dos investimentos públicos necessários para a recuperação real da capacidade do Estado de enfrentar a crise na segurança pública e os graves problemas sociais advindos da recessão e da atual política econômica, não vão levar, nem o país e nem o combate à violência no Rio a bons resultados.

Os bandidos estão achando que há espaço para seus crimes e para sua impunidade. Por isso, a população foi para as ruas. Não está pedindo. Está exigindo justiça.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



FST reúne Confederações e debate custeio com senador Paulo Paim

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) reúne na segunda (19), em Brasília, representantes das Confederações filiadas, a fim de debater o custeio das entidades e sindicais e a preparação de um encontro dia 17 de abril, em São Paulo, para tratar da realização de um congresso nacional. Após a reunião, o senador Paulo Paim (PT-RS) participa de um encontro com os dirigentes.

Artur Bueno de Camargo, coordenador do FST e presidente da CNTA Afins (alimentação), disse à Rádio Web Agência Sindical que a reunião servirá para definir ações conjuntas.

"O encontro em São Paulo definirá pauta das discussões, palestras e temas a serem tratados durante o congresso. Por isso, é importante a presença das Confederações nessa reunião. Cada uma tem a sua realidade e nós precisamos atender a todos", explica.

Ele também falou sobre o encontro com Paim, às 19 horas, na sede da Contec (setor financeiro). "As entidades poderão debater com ele o Estatuto do Mundo do Trabalho, principalmente no capítulo custeio. Vamos tratar também das eleições deste ano. Precisamos eleger pessoas comprometidas com a sociedade como um todo e não com uma parcela mais elitizada", ressalta Artur.

Agenda - Pela manhã, o coordenador do FST participa de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do

Senado. A CDH está discutindo a elaboração do Estatuto do Mundo do Trabalho.

Artur Bueno de Camargo avalia que a criação do Estatuto "é o caminho certo para acabar com os desequilíbrios que a reforma trabalhista (Lei 13.467/17) impôs às relações de trabalho".

"Se o Congresso tivesse feito um debate mais amplo antes de votar a reforma, não teríamos tantos conflitos jurídicos. Os deputados e senadores deixaram passar várias inconstitucionalidades. Queremos saber por que não alertaram sobre elas", questiona.

Fonte: Agência Sindical

Subcomissão do Estatuto do Trabalho vai debater organização sindical, negociação coletiva e direito de greve

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET), que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado vai promover, na próxima segunda-feira (19), às 9h, audiência pública destinada a debater sobre: "Organização Sindical, Negociação Coletiva e Direito de Greve".

A audiência pública vai ser no plenário 6 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal. Foram convidados: a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Garcia Porto; - o



procurador regional do Trabalho, João Hilario Valentim; a representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), Elaine Coelho; o presidente fundador da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese; o 1º secretário geral da Força Sindical, Sérgio Luiz Leite; a chefe da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Patrícia Duque; - o coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Artur Bueno de Camargo; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Moacyr Roberto; e representantes das centrais sindicais e da OAB.

Finalidade da Subcomissão O colegiado tem o propósito de aprofundar o debate sobre a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) aprovada pelo Congresso, que entrou em vigor em novembro passado. O objetivo da Subcomissão é criar o Estatuto do Trabalho.

Fonte: DIAP

DIAP: a lógica da reforma é a precarização das relações laborais

Toda a lógica que edificou a Constituição de 1988 é de proteção, valorização e dignidade nas relações de trabalho, especialmente nos títulos dos Direitos Sociais, dos Tribunais e Juízes do Trabalho, e da Ordem Econômica e Social. A Lei 13.467/17 introduziu na CLT alterações que desvalorizam o trabalho com vantagens para a empresa e o capital



Isto é, a nova ordem laboral erigida com a Reforma Trabalhista é toda precarizante. É a prevalência do negociado sobre o legislado, com o enfraquecimento da organização sindical. Esta é uma das principais mazelas da Lei 13.467.

A lei inverteu a lógica da hipossuficiência do trabalhador diante do capital, em que privilegia este último, com negociação em que deixa em vantagem o empresário. Vamos às perguntas e respostas que estão contidas na cartilha “Reforma Trabalhista e seus reflexos sobre os trabalhadores e suas entidades representativas”.

1) Algumas das mudanças contrariam os princípios constitucionais sobre Direito do Trabalho?

Sim. Ao contrário da Reforma, que é precarizante, toda a lógica da Constituição é de proteção, valorização e dignidade nas relações de trabalho, especialmente nos títulos dos Direitos Sociais, dos Tribunais e Juízes do Trabalho, e da Ordem Econômica e Social.



Não podemos nos esquecer:

1) dos Princípios Constitucionais Fundamentais de Direito, conforma já assinalado, contidos nos incisos III e IV, do artigo 1º, da Carta Magna;

2) do artigo 6º da Constituição Federal elenca os direitos sociais, entre eles a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a assistência aos desamparados;

3) do artigo 7º, que disciplina o direito ao trabalho, determina que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”, listando 34 regras de proteção ao trabalhador;

4) da Seção “dos Tribunais e Juízes do Trabalho”, no artigo 114, §2º, assegura que “a Justiça do Trabalho pode estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalhador;

5) da Ordem Econômica tem como fundamento a valorização do trabalho, de acordo com o artigo 170 da CF; e a

6) da Ordem Social, de acordo com o artigo 193, tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar social e a justiça social.

Boa parte da Lei 13.467, a julgar por esses princípios e enunciados, é inconstitucional, porque autoriza a prevalência do negociado sobre o legislado sem garantir o respeito ao espírito da Constituição. E, em função desse princípio, a Justiça do Trabalho precisa modular sua aplicação, respeitando as diretrizes constitucionais.

2) O que significa prevalência do negociado sobre o legislado?

A prevalência do negociado sobre o legislado significa que a lei só vale se ou quando o acordo ou a convenção coletiva de trabalho não dispuser de modo diferente. A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXVI, reconhece a negociação, mas o seu pressuposto é que a negociação seja para ampliar ou acrescentar outros direitos, além dos assegurados na lei e na Constituição. A única exceção constitucional é o inciso VI, que permite – em situação extrema – que a convenção ou acordo coletivo possa ir contra a garantia da irredutibilidade do salário, quando evidentemente o instrumento normativo tem que ser elaborado com o respectivo sindicato da categoria profissional, inserindo uma cláusula de impossibilidade de demissão enquanto perdurar a exceção.

A aplicação da Lei 13.467 é inconstitucional em relação aos pontos sujeitos à livre negociação porque os trabalhadores poderão ter direitos inferiores aos assegurados em lei, caso haja negociação coletiva com essa orientação em relação a quase todos os direitos.

3) Então os empresários ficam com vantagens na negociação?

Sim. Os patrões passam a ter um elemento de pressão que antes não tinham. Agora poderão – e se isso ocorrer é fundamental que se denuncie ao Ministério Público do Trabalho – chantagear os trabalhadores para forçar o sindicato ao acordo, alegando que se não concordarem com a redução de direitos poderão mudar a planta da empresa para outra cidade ou estado no qual os trabalhadores aceitam o que eles estão dispostos a pagar.

Fonte: DIAP

ENTREVISTA

Presidente do TST: sindicatos precisam adotar medidas para sobreviver

O novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira, defende que, com o fim do imposto sindical obrigatório, os sindicatos terão de se virar sozinhos. Na primeira entrevista desde que assumiu a instância máxima da Justiça do Trabalho, em fevereiro, o magistrado afirmou que as entidades que representam os trabalhadores terão de usar a “inteligência” para se financiar. “Eles precisam adotar medidas para sobreviver e são os trabalhadores que decidem (se querem contribuir com o sindicato ou não).”

A posição do novo presidente do TST vai na contramão da expectativa de alguns sindicalistas que esperavam apoio a uma eventual contribuição voluntária a ser regulamentada em lei. Na entrevista concedida ao Estadão/Broadcast, Brito Pereira defendeu a autorregulação e também rejeitou a avaliação de que há fragilidade nas entidades sindicais. A seguir, os principais trechos da entrevista.

A reforma trabalhista alterou profundamente a maneira com que os sindicatos são financiados. Sem dinheiro, algumas entidades até anunciaram corte de pessoal. O sr. está preocupado com o financiamento sindical?

Do mesmo jeito que me preocupo com fortalecimento da Justiça do Trabalho, também desejo o fortalecimento das entidades sindicais. Entidades sindicais de empregados e empregadores são, sem dúvida nenhuma, um dos pilares que



sustentam a estabilidade das relações e, portanto, precisam ser fortes. Sem a arrecadação, eles podem não ser fortes. O que acontece é que a arrecadação está no seio da autocomposição, da autogovernança, e sindicatos têm autonomia para isso.

Mas como garantir o financiamento nesse sistema de autogestão?

Pois é, isso é da inteligência das entidades sindicais. Está submetida apenas a eles (sindicatos) a autoridade e a autonomia. Não cabe a mim ou a quem quer que seja fazer juízo de valor sobre se estão bem ou se não estão bem. Eles precisam adotar as medidas legais e estruturais para sobreviver e são os trabalhadores que decidem. Se os trabalhadores decidem e o ambiente é livre, não vejo que se possa de longe censurar ou emitir juízo de valor. Eu quero ver a paz entre eles e, para isso, sindicatos são os bons atores.

Mas há reclamação. Será que falta engajamento do trabalhador?

O trabalhador já está bem ambientado com isso. Em qualquer cidade de médio ou pequeno porte, se vê sindicatos realizando assembleias no clube ou salão da igreja. A globalização levou o conhecimento de



tudo. O sindicato de uma cidade pequena sabe as teses debatidas no ABC paulista. Estão muito orientados. E eu já não compreendo mais como é que se pode admitir que um sindicato é tão frágil na negociação. Não é. Os trabalhadores estão muito bem preparados e o Brasil precisa disso.

A Medida Provisória 808, que altera alguns pontos da reforma trabalhista, está tramitando, mas há percepção de que o governo poderia deixar o texto caducar. Se não for aprovada, há risco para a reforma?

Eu não vejo essa dificuldade. A MP é um instrumento constitucional que o presidente da República utilizou para ajustar a reforma e esses ajustes são bem-vindos. Se a MP for convertida em lei, alterará vários pontos da CLT, o que é bem-vindo porque o Congresso fará exame detido do texto. Se não converter (em lei) também não há perigo de essa norma, a CLT, perder força porque já é uma lei em vigor.

O TST debate a constitucionalidade do artigo 702 da CLT que muda o funcionamento do TST. Esse trecho é inconstitucional?

Essa ainda é uma questão a ser apreciada. Os colegas e eu estamos estudando e eu não tenho uma ideia conclusiva. E, ainda que eu tivesse (uma decisão), não seria dado a mim dizer porque o Tribunal ainda vai se debruçar sobre isso.

Mas e se o tribunal entender que é inconstitucional?

Se no Tribunal for suscitada a inconstitucionalidade, nós haveremos de enfrentá-la.

Especialistas dizem que, com a reforma trabalhista,

o volume de processos deve cair. Se isso for confirmado, a Justiça do Trabalho será menor no futuro?

Posso lhe dizer que a população está aumentando. Portanto, a população trabalhadora está aumentando. E as demandas não vão parar. O que nós vamos fazer é mudar um pouco a cultura de, em casos de recursos repetitivos, nós não vamos julgar no 'varejo'. Nós vamos reunir processos e definir a tese. Definida a tese, vamos julgar os demais recursos. É uma decisão vinculante. Essa mesma tese pode voltar ao Tribunal repetidas vezes, mas com nuances diferentes, novas circunstâncias. O Tribunal não perde a função de uniformizar a jurisprudência.

Fonte: Estadão

Comissão de Direitos Humanos pede instalação da CPI do Setor Elétrico

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal vai pedir ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito do Setor Elétrico. O requerimento foi aprovado durante audiência pública na comissão nesta quinta-feira (15) sobre a privatização do setor elétrico.

Na avaliação do senador Hélio José (Pro-DF), que solicitou a CPI, a privatização vai prejudicar os brasileiros.

- É uma situação que vai impactar o Brasil de Norte a Sul. Aumentar uma tarifa que já é cara. O presidente da Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica] deixou claro que não tem como



não ter aumento tarifário caso a privatização ocorra - afirmou.

O representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), afirmou que a privatização do setor elétrico vai trazer prejuízos para as populações e para o país.

- Em todas as nossas experiências de transferência de negociação do Estado para as empresas tivemos uma piora extraordinária. É a entrega da nossa soberania, inclusive sobre as nossas águas. Isso é muito importante - disse.

Também preocupado com a soberania das nações, o representante do Movimento dos Atingidos por Represas na Venezuela, Gilbertson Heredia, afirmou que existe uma política neoliberal com a intenção de controlar todas as empresas estratégicas na América Latina, como as do setor elétrico. A Comissão de Direitos Humanos também discutiu o papel dos sindicatos para a preservação da democracia no Brasil.

Fonte: Agência Senado

Comerciários do Rio aprovam manutenção da contribuição sindical

Em Assembleia Geral dos Comerciários, realizada na última sexta-feira (9), os comerciários e comerciárias do Rio de Janeiro aprovaram, por unanimidade, a manutenção do desconto da contribuição sindical. De acordo com a categoria a decisão reflete o compromisso em defender o sindicato e rebater os efeitos da reforma trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017. Tomada por ampla maioria, a decisão vale

para os municípios do Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Paty do Alferes.

“O Sindicato é o maior patrimônio da categoria. Vou continuar contribuindo até a morte!”, disparou o comerciário M.R., que embora esteja aposentado fez questão de participar da assembleia.

O presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro (SEC-Rio), Márcio Ayer destacou que a categoria entende que “sem um Sindicato forte não é possível fiscalizar as empresas, nem pagar advogados para defender gratuitamente os trabalhadores”. Assim como na Assembleia podemos resolver como serão, por exemplo, as regras das convenções coletivas, a categoria também pode usar a Assembleia para decidir sobre as contribuições sindicais”, afirmou.

Ayer lembrou que “os comerciários optaram por manter o Sindicato fortalecido, já de olho na campanha salarial deste ano. Vamos à luta por melhores salários, mais respeito e nenhum direito a menos”. frisou.

Cobrança - O recolhimento da contribuição ocorrerá nos termos do art. 579 da CLT e do art. 24, §1º, da Lei 4.591/64, no valor de um dia de trabalho, nos termos do art. 580 da CLT, a ser recolhida na forma prevista nos arts. 578, 582, 583 e 602 da CLT. O recolhimento será feito sobre o salário do mês de março de 2018, sob pena de multa prevista no art. 600 da CLT.

Fonte: Mundo Sindical

Protesto contra reforma da Previdência de Doria

Dentro da Câmara de São Paulo, servidores debatem projeto que dificulta o acesso dos trabalhadores à aposentadoria. No entorno, organizadores estimam em 80 mil manifestantes pela continuidade da greve

Mais de 80 mil servidores, segundo os organizadores, estiveram em frente à Câmara Municipal de São Paulo na tarde desta quinta-feira (15), para uma manifestação contra o Projeto de Lei (PL) 621/2016, proposto pela gestão do prefeito João Doria (PSDB). Dentro da Casa, teve início às 15h audiência pública para debater a matéria, que dificulta o acesso dos trabalhadores à aposentadoria.

Mais de 16 sindicatos de diferentes categorias do funcionalismo público aproveitaram a mobilização dos trabalhadores para uma assembleia conjunta com o objetivo de decidir sobre a continuidade da greve. A paralisação atinge diversos serviços públicos, como 100% da assistência social e mais de 90% das escolas municipais, de acordo com as entidades. A deliberação coletiva, unânime, foi de manutenção e ampliação do movimento. Haverá nova assembleia na próxima terça (20).

"Foi votada a continuidade da greve. Não teve uma votação contrária à greve e a luta continua porque o projeto do Doria prejudica, confisca o salário dos servidores", disse o presidente da CUT São Paulo, Douglas Izzo. "A greve na educação atinge 94% das escolas. Temos grandes paralisações."



A segurança no local está reforçada. Trabalhadores da Câmara soldaram as grades durante esta manhã para evitar que manifestantes ocupassem a Casa. A presença dos servidores em grande número se deu, em parte, em solidariedade aos trabalhadores que foram agredidos pelas forças policiais durante a tarde de ontem, quando o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Fonte: Rede Brasil Atual

Petrobras registra prejuízo de R\$ 446 milhões em 17

A Petrobras registrou prejuízo de R\$ 446 milhões em 2017. Apesar do resultado negativo, esse foi o menor prejuízo dos últimos quatro anos, informou nesta quinta-feira (15) a companhia.

O prejuízo ocorreu devido a despesas extraordinárias. Se não fosse isso, a Petrobras teria alcançado um lucro líquido de R\$ 7,089 bilhões. Entre as despesas extraordinárias, a Petrobras destaca o acordo de R\$ 11,198 bilhões para encerramento da ação coletiva de

investidores nos Estados Unidos, além da adesão a programas de regularização de débitos federais, que somaram R\$ 10,433 bilhões.

Em 2017, a dívida líquida da empresa chegou a US\$ 84,871 bilhões, menor valor desde 2012. Também foi possível aumentar o prazo médio de vencimento de 7,46 para 8,61 anos e reduzir a taxa média de juros de 6,2% para 5,9%. Além disso, a despesa anual de juros da companhia caiu de R\$ 25,6 bilhões em 2016 para R\$ 22,3 bilhões no ano passado.

Segundo a Petrobras, a companhia bateu pelo quarto ano seguido o recorde de produção no Brasil e alcançou, pelo terceiro ano consecutivo, a meta. O volume de produção total de petróleo e gás natural foi de 2 milhões 767 mil de barris de óleo equivalente por dia (boe), sendo 2 milhões 655 mil boe no Brasil, mesmo com a venda de ativos no exterior.

A venda de derivados no país declinou 6% em comparação a 2016. A produção foi de 1 milhão 800 mil barris por dia (bpd) e a venda alcançou 1 milhão 940 mil bpd, devido ao aumento das importações por terceiros.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS



SINTRACOM-BA presente nas obras para debater com os trabalhadores

Os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores na Construção e na Madeira do Estado da Bahia continuam desenvolvendo suas atividades nas obras com o objetivo de discutir com os operários a importância de garantir a contribuição sindical para fortalecer a luta da entidade na defesa dos interesses das categorias que representa. **Na foto**, o companheiro Raimundo Brito, Tesoureiro do SINTRACOM-BA, ladeado por demais dirigentes do Sindicato e pelos trabalhadores em uma das obras. Raimundo também é membro do Conselho Fiscal da CONTRICOM e dirigente da FETRACOM-BASE.

Fonte: SINTRACOM-BA